

# A questão agrária e as relações sociedade-natureza

*Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos*  
Departamento de Geografia Humana e Regional  
FCT-UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP

## Resumo

As políticas de modernização e desenvolvimento praticadas no Brasil, se notabilizam pela definição de “pactos” sociais que se identificam pelos seus conteúdos essenciais. Os esquemas: (1) oligárquico tradicional, (2) nacional populista, (3) da redefinição capitalista pós 1964 e (4) neoliberal – (Brasil Novo/Brasil do Real), entendem a modernização como sinônimo de desenvolvimento e, este, como sinônimo de crescimento econômico. Embora nenhum

## Abstract

Brazilian modernization and developmental policies are noted for the differentiation of social “pacts”: 1) traditional oligarchy, 2) popular nationalist, 3) post-1964 capitalist, and 4) neoliberal (Brasil Novo/Brasil do Real). The schemata of these pacts understand “modernization”. as synonymous with “development”, and with “economic growth”. Although none of these schemata make this explicit, it is obvious that the

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n.20	p.35-49	1996
-----------------------------	---------------	-------	------	---------	------

desses esquemas explicitem claramente, é óbvio que a acumulação de capitais só pode ser alcançada mediante a exploração sistemática de setores da população e da natureza.

**Palavras-chave:** questão agrária, pactos-sociais, desenvolvimento e relações sociedade-natureza

accumulation of capital can only be achieved by the systematic exploitation of parts of the population and of nature.

**Keywords:** The agrarian question Social “pacts”; development; population and of nature.

O entendimento das relações Sociedade-Natureza nos países em processo de desenvolvimento é uma tarefa difícil, visto que, essas relações estão embricadas numa trama muito complexa com outras questões correlatas:

- a) **crise econômica** – recessão, desemprego, inflação, dívida externa, dívida interna...;
- b) **crise social** – que é uma crise cultural, gerando o problema brasileiro da desigualdade, da pobreza, da marginalidade/da exclusão... Esta crise econômica que agrava a crise social, tem ainda como ingrediente uma severa
- c) **crise moral**, agravada, sobretudo, pela corrupção do poder e pela ausência da cidadania.

Em nossa exposição, procuraremos demonstrar que a “questão agrária e as relações sociedade-natureza” no Brasil, tiveram e têm como marcos conceituais a “economia do crescimento” que, em suas diversas expressões convertem a natureza e o ser humano em simples meios para alcançar determinadas metas quantitativas.

Em nome do “desenvolvimento”, têm sido destruídos sistematicamente os fundamentos de subsistência natural das populações agrárias, obrigando a população rural a migrar para a periferia das médias e grandes cidades, convertidas atualmente em depósitos de miséria sócio-ambiental.

As políticas de modernização e desenvolvimento praticadas no Brasil, se notabilizaram pela prática de “pactos” sociais que se diferenciam por sua amplitude, porém não tanto por seus conteúdos essenciais:

**1 O esquema oligárquico tradicional**, que supõe a hegemonia da oligarquia agromineira exportadora, com pequena participação dos “setores médios” e do setor mercantil. O que caracteriza a modernização do tipo oligárquico é seu caráter de “enclave”, e por conseqüência, a enorme relevância que alcançam neles os capitais estrangeiros. Dado o tipo de relações sociais que exige o predomínio da oligarquia, a implantação desse esquema passa necessariamente pela intocabilidade do sistema latifundiário.

**2 O esquema nacional populista**, começou a ser levado em prática em tomo da proposta de “substituição das importações” a partir dos anos trinta e como conseqüência da retração externa de capitais, experimentada durante a grande crise mundial de 1929. O pacto nacional-populista não tem, pelo menos em suas primeiras fases, um caráter necessariamente oligárquico. Pelo contrário, o concurso dos setores latifundistas era fundamental para converter os excedentes passivos em capitais produtivos. A necessidade do apoio oligárquico implicou que o projeto de industrialização substitutiva renunciasse a implementar transformações sociais no setor agrário. A chamada substituição de importações se realizou em grande parte graças ao concurso dos capitais estrangeiros, cujas exigências não passavam necessariamente pelo respeito a natureza. Foi a partir da experiência dos anos trinta, quando economistas organizados em instituições como a CEPAL, intentaram conferir um estatuto teórico à experiência “substitutiva”, estabelecendo a

industrialização como objeto a alcançar de acordo com determinadas “etapas do crescimento econômico”, deduzidas do “desenvolvimento” de alguns países europeus, especialmente a Inglaterra. Desse modo, a modernização se transformou em “desenvolvimentismo”, entendido como sinônimo de industrialização.

3 **A redefinição capitalista pós 1964**, instituiu uma política sustentada no binômio segurança e desenvolvimento. A implementação dessa política se deu, basicamente, a partir de quatro variáveis:

- a) **atração do capital internacional**: no sentido de viabilizar a modernização da economia brasileira, os “níveis de acumulação passaram a perseguir uma nítida e acentuada tendência para a concentração e o monopólio – e isso como constante dirigida a todas as formas: agricultura, indústria, bem como nos diferentes setores como o financeiro, imobiliário, etc., etc.;
- b) **terra**: “a marcha do capital para o campo”, com o objetivo de estender a área do território brasileiro efetivamente ocupada priorizou-se a prática de “proceder a toda pressa e custe o que custar, à abertura e valorização dos espaços vazios, cuja aparente improdutividade correria o risco de ser interpretada como marca de uma inoperância oficial”, conforme observou STERNBERG, 1979. Nesse sentido os projetos agropecuários, principalmente dirigidos à periferia da Amazônia, passaram a ser uma das modalidades mais procuradas para as novas terras a serem ocupadas, enquanto se produziam alterações no tipo de agricultura das áreas tradicionais;
- c) **mão-de-obra**: graças às altas taxas de crescimento demográfico e ao desmonte das economias mais tradicionais, torna-se o fator de oferta mais abundante.

- d) **diversificação das exportações**: a grande maioria da população brasileira foi tratada como “massa amorfa”, pois não constituiu-se num mercado consumidor interno ativo. Adotou-se o slogan “exportar é o que importa” mascarado pela “ideologia”: crescer primeiro para dividir depois.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) estabeleceu como opção nacional básica a construção de uma sociedade desenvolvida – moderna, progressista e humana, explicitando no seu último item:

Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País.

Tal objetivo não foi realmente priorizado e o que restou foi a contradição do crescimento do PIB ladeado por um quadro de degradação sócio-ambiental.

É bom lembrar que, uma das premissas na realização das políticas de diversificação de exportações é a capacidade de responder imediatamente às demandas exercidas pelos mercados externos. Em tal sentido, é possível prever as conseqüências que esta política implica para a reprodução da natureza. A agricultura brasileira há muito tempo deixou de produzir para seus habitantes. Se planta e se colhe o que é exportável, ignorando-se muitas vezes as condições naturais de reprodução. Não importa que solos férteis se tornem inférteis. O que importa é o momento “econômico”. Desse modo tampouco estranha-se que o resultado glorioso das políticas de “diversificação das exportações” seja, ao final, a erosão e, em conseqüência, a ruína econômica dos produtores mais imediatos.

4 O esquema neoliberal, cujas tarefas “históricas” são, entre outras:

- a) deter a espiral inflacionária, para a qual se faz necessário aplicar política de choque que reduza drasticamente ganhos e salários;

- b) dismantelar ou privatizar grande parte do setor industrial tradicional, tendo como conseqüência o desemprego em massa;
- c) abertura da economia às importações...

A abertura da economia às importações, tal como está sendo praticada no Brasil do Real, agrava seriamente a questão agrária: atualmente, os produtos agrícolas importados são taxados no máximo em 10%. Na indústria, a alíquota chega a 70%.

Resultado: apenas em dois Estados, São Paulo e Paraná, e em uma cultura, a do algodão, foram perdidos 255 mil postos de trabalho entre 92 e 94 (Folha de São Paulo: 19/05/96).

O caso do algodão é exemplar porque a indústria têxtil, que compra o produto, é protegida com uma alíquota de 70 %. Enquanto a matéria-prima pode ser importada com alíquota zero. Em três anos, o Brasil passou de 4º maior exportador mundial para 2º maior importador.

Os pequenos produtores e agricultores que quebraram ou perderam o emprego por causa do fim da cultura do algodão no Pontal do Paranapanema e no Paraná viraram sem-terra e hoje pressionam o governo para serem assentados.

Apesar das grandes diferenças entre esses esquemas, há alguns aspectos comuns:

- são esquemas de modernização;
- entendem a modernização como sinônimo de desenvolvimento;
- entendem o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, o que só pode ser alcançado mediante a aplicação da via industrial;
- sustentam que o processo de desenvolvimento industrial não pode ser realizado sem que seja efetivado um processo prévio de acumulação.

Ainda que nenhum desses esquemas o estabeleça literalmente, resulta óbvio que a acumulação de capitais só pode ser lograda mediante a exploração sistemática de setores da população, e por pressuposto da natureza.

No sentido de mostrar como a “modernização” foi dolorosa e excludente, explicitamos três exemplos, onde nossa prática como geógrafo é mais exercitada:

- O Pontal do Paranapanema;
- O Oeste do Estado de São Paulo; e
- A Amazônia Mato-grossense.

### **O Pontal do Paranapanema** (extremo Sudoeste Paulista)

Com a chegada da fronteira agrícola (1940) na área do atual município de Mirante do Paranapanema, teve início o processo de desmatamento e ocupação agrícola – baseada essencialmente na cultura do algodão e amendoim –. Nesse momento a fronteira agrícola não ultrapassou os ribeirões do Engano e das Anhumas, que passaram assim a limitar duas porções de ocupação bem diferenciadas: à leste, uma ocupação agrícola que provocou uma morfogênese muito agressiva, resultando num rápido exaurimento do solo, com erosão e assoreamento dos córregos e, a oeste, desses ribeirões, a mata tropical semidecídua, que somente mais tarde passa a ser substituída pelas pastagens (1945-1964), com uma evolução dinâmica característica diferenciada da anterior.

Nessa fase, o Pontal viveu – segundo a mentalidade imediatista dos “progressistas” – os seus sonhos, sobretudo através da “chegada” da ferrovia (Ramal de Dourados) e da “fundação” dos patrimônios, e ficou na triste realidade da agonia e morte da mata, consubstanciando o impacto ambiental negativo – pela eliminação das reservas florestais – e um quadro de injustiça social muito grave – pela instalação dos latifúndios e da pecuária, com expulsão daqueles que foram usados como mão-de-obra.

Os novos projetos que chegaram ao Pontal do Paranapanema (1976-1982): Destilaria de Álcool Alcídia S. A.; as hidrelétricas da CESP (UHEs de Taquaraçu e Rosana/Rio Paranapanema e Porto Primavera/Rio Paraná); os reassentamentos dos pequenos proprietários desalojados pelas obras da CESP; além do “Projeto de Valorização Agrícola do Pontal” através da reforma agrária implantado na Gleba XV de Novembro, não foram suficientes para compensarem o quadro de crise social detonado a partir das mudanças ocorridas na agricultura do norte do estado do Paraná (substituição da cultura de café pela de soja / mecanizada); expansão das pastagens em prejuízo das áreas de agricultura (algodão, amendoim...) e pelas novas relações trabalhistas entre proprietários e trabalhadores rurais, estabelecidas a partir do Estatuto da Terra (1966).

## **O Oeste do Estado de São Paulo**

O oeste do Estado de São Paulo foi povoado no começo do século XX e teve uma importante produção de café e algodão, numerosos sítios e pequenos produtores. O desmatamento, a agricultura e a pastagem extensiva, numa região de solos arenosos, transformaram profundamente a paisagem, através da erosão, especialmente da formação de bossorocas e do assoreamento dos cursos d'água.

Essas transformações paisagísticas, associadas às condições de mercado, determinaram a desvalorização dos terrenos agrícolas que, por sua vez, causou problemas econômicos para os pequenos produtores, provocando a venda das terras e a migração para as cidades ou para regiões mais distantes.

Atualmente, de forma simplificada, pode-se dizer que a região apresenta um uso do solo dividido em duas zonas:

- uma de latossolos, em terrenos pouco acidentados, com produção de cana-de-açúcar, soja e trigo;
- e outra, mais acidentada, de solos podzólicos, com pastagens e uma limitada produção agrícola.

As novas relações sociedade-natureza, estabelecidas a partir das últimas duas décadas, provocaram o êxodo rural e o fenômeno do bóia-fria, agravando a questão agrária na região.

## **A Amazonia Motogrossense**

Até 1950 o Estado de Mato Grosso seguiu uma política de distribuição de lotes de pequenas dimensões – com algumas exceções –, atendendo basicamente aos “machadeiros”, garimpeiros e agricultores de poucos recursos financeiros.

As colonizações dos anos 50, efetuadas pelo Estado de Mato Grosso, através de prestações de serviços com colonizadoras particulares, mostram uma nova realidade: o incentivo à colonização particular, onde o Estado oferecia três modalidades de lotes:

- a) lotes de 10 000 ha, oferecidos à pessoas físicas que se dispusessem a promover a ocupação das terras;
- b) lotes de 20 ha, distribuídos a garimpeiros, principalmente, para ocupação individual;
- c) áreas de 200.000 ou mais hectares, destinadas aos núcleos de colonização.

Após a divisão estadual (1979), a política de efetiva ocupação e povoamento do território mato-grossense enfatizou os projetos de colonização, que foram atraídos pela imensa disponibilidade de terras baratas.

De forma simplificada, pode-se afirmar que enquanto a agricultura capitalista-mecanizada dirigiu-se para os chapadões areníticos revestidos de cerrados, os pecuaristas e agricultores pobres dirigiram-se às áreas de floresta – resultando, regra geral, em relações pouco amistosas.

As sucessivas crises: dos projetos de colonização, do modelo agro-exportador (soja e carne), o agravamento da situação

fundiária (MST), a política do Real, etc. levaram o Estado à falência: 80% das terras estão a venda a preços bastante desvalorizados (de R\$ 600,00 para R\$ 200,00 o hectare); faltam recursos para investimentos em infra-estrutura... Enfim, o modelo agro-exportador foi abortado, após gerar concentração latifundiária, impactos ambientais e, agravar a questão agrária no Estado.

Em relação ao Estado do Mato Grosso, é preciso criar-se outro modelo. O atual, (projetos de colonizações / agro-exportador / latifundista...) está desacreditado e falido, e mostrou-se inviável diante da nova conjuntura nacional.

O Brasil é um dos poucos países onde se continua a integrar novos espaços ao preço de uma segregação das tribos indígenas, da marginalização de uma classe social pouco favorecida, e de uma transformação do espaço rural e urbano. Esse fenômeno, acentuado pelos acasos da conjuntura, tendo de um lado a necessidade sócio-econômica e, de outro, as conseqüências ambientais, dificulta o encontro de um modelo reproduzível e duradouro.

## **Considerações finais**

O processo de colonização e de valorização dos espaços vazios ao longo da história do Brasil, se deu por etapas – com predomínio de um, ou da associação de múltiplos esquemas -, e foi movido pela produção de matérias primas voltadas para o mercado externo. Essa é uma das razões da fragilidade desses esquemas, ditos de modernização.

Os esquemas 1) oligárquico tradicional, 2) nacional populista, 3) da redefinição capitalista pós 1964 e 4) neo-liberal (Brasil Novo / Brasil do Real), implementados no Brasil com o objetivo de superar as barreiras do subdesenvolvimento e atingir o *status* de país moderno se efetivaram – invariavelmente –, às custas de modelos socialmente injustos e ambientalmente incorretos.

Se de um lado o Estado assume um papel determinante na intervenção e funcionamento da economia, de outro, ele exalta a iniciativa privada e as “virtudes” do mercado livre, notadamente no setor agrícola. Regidas pelo mercado e com a benevolência do Estado as políticas de modernização viram “a lei do mais forte”, desestruturando o desenvolvimento regional.

O processo de colonização dirigido tanto pelos poderes públicos como pela iniciativa privada, se dá às custas da marginalização dos pequenos proprietários e, sobretudo, dos trabalhadores rurais sem terra.

No Plano Brasil Novo (governo Collor) e no Brasil do Real (governo FHC) a política **neo-liberal** de intervenção no setor agrário, penaliza tanto os **com terra** como os **sem-terra**, vejamos:

- o Pacote Agrícola definido pelo Plano Brasil Novo (GAZETA MERCANTIL, 16.08.90), determina a suspensão de acesso ao crédito de custeio oficial às áreas situadas abaixo do paralelo 13º, portanto, abrangendo as frentes pioneiras estabelecidas na Amazônia Legal. O resultado imediato dessa política agrícola foi a inviabilização da cultura de soja na região de fronteira agrícola, estabelecida anteriormente; comprovada pela redução de 30% da área plantada.

Os principais itens responsáveis pelo abandono do plantio de soja, apontados pelos produtores da região Centro-Oeste são:

- a) o aumento do custo do frete, que então correspondia a 30% do valor do produto colocado no Porto de Paranaguá (PR);
- b) a suspensão de financiamento e as taxas elevadas dos juros praticados no mercado, impedindo o uso de insumos modernos, o que afeta diretamente o desempenho da produtividade;

- c) a taxaço sobre o produto e insumos com o Imposto de Circula o de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- d) a defasagem da política cambial, que vem desvalorizando o preço da soja no mercado internacional.

Essa política que contribui para a desagrega o de economias regionais em processo de consolida o se mant m atualizada no Brasil do Real, conforme explicitado por BETING (1996) "...em 1995, já nas águas quentes da "rationale" econômica do Real, submetemos a vida dos nossos 5 milhões de com-terra, de todos os portes e em todas as partes, a um calvário de cinco cruces: 1) o preço nunca esteve tão baixo; 2) o crédito nunca esteve tão curto e tão caro; 3) a carga fiscal nunca esteve tão pesada; 4) o câmbio nunca esteve tão defasado; 5) o mercado nunca esteve tão aberto   invasão do similar importado. (In: Jornal o **IMPARCIAL**/"Secos e Molhados" – Presidente Prudente/SP, 10/11/96).

Na verdade, o esforço brasileiro de desenvolver-se e integrar-se no bloco dos países do "primeiro mundo" capitalista nos tem levado ao "paradoxo" do crescimento do PIB, ladeado por um quadro de pobreza absoluta da maioria de sua popula o, definindo uma grave d vida social interna.

No sentido de melhor entendermos os esquemas de moderniza o praticados no Brasil   preciso dar-se aten o a certas características da economia brasileira, entre elas o processo de industrializa o substitutiva de importa es, com reduzida abertura para o exterior predominante nos anos 30 e 40; e, a redefini o capitalista a partir do golpe civil-militar de 1964, que instituiu toda uma política sustentada no bin mio segurança e desenvolvimento.

Para atrair o capital internacional, no sentido de viabilizar a moderniza o da economia brasileira, os "*níveis de acumula o passaram a perseguir uma nítida e acentuada tendência para a concentra o e o monopólio – e isso como constante dirigida a todas as formas: agricultura, indústria, bem como nos diferentes*

setores como o financeiro, imobiliário, etc., etc.. Sob tal ímpeto de diversificação o capital dirige-se à terra (fator fixo) no maior sentido de expansão espacial, buscando atuar e apoderar-se de áreas virgens de setores inexplorados”, conforme observou MONTEIRO, 1981, p. 24).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, “implantado” a partir de 1974, concebe o Brasil como um país que realiza um esforço concentrado no sentido de abrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

A elevação dos preços do petróleo, verificada em 1973, atingiria o País em plena realização desse processo.

É necessário frisar que durante a fase do chamado “milagre brasileiro”, ocorrido entre os anos de 1968-1973, o significativo crescimento do mercado interno, permitiu grandes investimentos em projetos, que nesse momento – 1973/1974 – encontravam-se em fase embrionária ou já concluídos, portanto em condições de produção e de reinvestimento dos lucros da “safra do milagre”.

No sentido de evitar a detonação de um processo recessivo, já em 1973 – a partir da “crise do petróleo” – priorizou-se, na elaboração do II PND uma “aceleração da economia” sustentada no “crescimento com endividamento” de modo a viabilizar os investimentos destinados a garantir o suprimento, numa auto-suficiência aberta ao fluxo de exportação.

Essa disposição institucionalizada pelo II PND e respaldada pelo modelo econômico tem uma “lógica econômica” no sentido de “sustentar a conjuntura, impedindo uma descontinuidade de conseqüências imprevisíveis; assegurar o espaço necessário à absorção do surto anterior de investimentos; e, claro, modificar, a longo prazo, a estrutura produtiva”, como observou BARROS, 1985, p. 37. No entanto, a variável sócio-ambiental pagou caro pela forma como esse processo de “desenvolvimento” ocorreu.

Então, qual ou quais as possíveis alternativas para que os países em desenvolvimento, entrem no mundo da globalização sem a indesejável desintegração regional?

- Neste fim de século, em que a globalização das economias e a integração dos mercados surgem como processos geradores de novos padrões de relação territorial a todos os níveis e escalas (continentes, países, regiões, unidades locais), torna-se extremamente importante aprofundar e comparar diferentes experiências de integração e cooperação regionais (NAFTA, MERCOSUL, UE...). É preciso planejar as diferentes formas de integração em países que, por pertencerem a diferentes âmbitos regionais, conhecem diferentes estágios de desenvolvimento, diferentes estruturas administrativas e diferentes relações com os mercados internacionais.

Não pode-se tratar todos igualmente, ou querer um processo que leve à homogeneização e, portanto, a desintegração regional. É preciso, pois, dar-se primordial atenção ao DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL.

Os sucessos obtidos, até então, pelo Plano Real devem ser vistos dentro do seu real contexto, ou seja, o do controle da inflação às custas de um preço que a sociedade brasileira está pagando para ver.

ALAIN TOURAINE ao se referir às reformas liberais implantadas na Europa Ocidental, e em alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil, afirma:

... A eficácia positiva das indispensáveis reformas liberais está esgotada. Seus efeitos negativos, sobretudo os sociais e políticos, são cada vez mais evidentes. Os que duvidarem de meu diagnóstico escutem ao menos os responsáveis pelas principais instituições financeiras globais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tomados por muitos como os defensores mais ferrenhos de um neoliberalismo brutal. Eles sustentam, na verdade, um discurso bem diverso. Ainda há pouco, um jornal uruguaio, ao noticiar a criação do Círculo de Montevidéu, assim lhe resumia a sessão final: Felipe González defende a economia de mercado e o senhor Camdessus (diretor geral do FMI) insiste na defesa da identidade cultural de cada país e no necessário respaldo do Estado.

O que pode parecer um chiste nos põe em verdade no caminho da explicação.

O senhor Camdessus, a exemplo do senhor Wolfensohn, presidente de um Banco Mundial que despende mais da metade de seu orçamento com intervenções sociais, e não econômicas, avalia a extensão da catástrofe mexicana e o aumento da pobreza, das iniquidades sociais e da violência. Nos quatro cantos do mundo as sociedades se diluem, as personalidades individuais se decompõem, as instituições como a escola ou a cidade são invadidas pela violência e o Estado de direito sente-se encurralado...

## Referências Bibliográficas

- BETING, J. *Os juro subversivos*. São Paulo : Brasiliense, 1985. 302 p.
- BARROS de CASTRO, A. & SOUZA, P. E. F. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 217 p.
- MIRES, F. La nueva ecológica. *El sentido político de la ecología en América Latina*. In: AMÉRICA LATINA HOY, 7, jan. 1994, p. 49-65.
- MONTEIRO, C. A. F. *A questão ambiental no Brasil: 1960/1980*. São Paulo : USP-IGEOG, 1981. 133 p.
- MUÑOZ, H. *A nova política internacional*. São Paulo : ALFA-OMEGA, 1996. 126 p.
- PASSOS, M.M. *O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global*. São Paulo : USP, 1988. 323 p. (Tese Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. Produção do espaço e questão ambiental no Brasil. In: *Encuentro de Geografos de America Latina*, 3, 1991, Toluca : México. *Annales... Toluca*: [s.n.], 1991, p. 103-115.
- TOURAINÉ, A. A morte de um enfermo curado. *Folha de São Paulo / "Autores"*, 15/12/96.
- VALENZUELA, F. J. *Crítica del modelo neoliberal*. Facultad de Economía, UNAM, México, 1991.